

Educação alimentar e nutricional: contribuição para a saúde das crianças no Brasil

*Food and nutritional education: contribution to children's health in Brazil*

*Educación alimentaria y nutricional: contribución para la salud de los niños en Brasil*

Raphaela Silva<sup>1</sup>

Danilo Augusto de Sousa Dunck<sup>2</sup>

Maria Teresa Kelly Gomes Lopes de Souza Mendes<sup>3</sup>

**Resumo:** Entendendo a importância da educação alimentar e nutricional para crianças nos dias de hoje, no Brasil, desenvolveu-se um estudo com o objetivo de conhecer se a educação alimentar contribui para a saúde das crianças no país. Dessa forma, foi feita uma revisão sistemática onde foram selecionados sete artigos publicados entre 01 de janeiro de 2015 a 01 de junho de 2019, nos idiomas inglês, português e espanhol e com critérios de exclusão como: artigos que não condiziam com o tema escolhido e artigos pesquisados fora do Brasil. Foram identificados lacunas em relação à temática, visto que não tem sido foco das pesquisas nos últimos anos o acompanhamento por parte de associações ou órgãos reguladores da educação alimentar e/ou nutrição dos alunos e seu rendimento escolar, um dos grandes objetivos das principais políticas públicas no Brasil para esse tema. Os achados desta pesquisa ainda podem servir de inspiração para que legisladores possam desenvolver, em nível nacional, mecanismos institucionais e incentivos mais condizentes com as condições vivenciadas hoje pelas famílias, principalmente, as de baixa escolaridade e renda, onde foram demonstrados nos estudos as maiores dificuldades na implementação de práticas saudáveis de alimentação.

**Palavras-chave:** *Educação nutricional. Políticas públicas no Brasil. Saúde da criança.*

**Abstract:** *Based on the current understanding of the importance of food and nutrition education for children in Brazil, this study was developed to understand how this education contributes to the health of children. To this end, a systematic review of the literature was carried out through a search for studies published in English, Portuguese and Spanish between January 1, 2015 and June 1, 2019. We identified seven articles after application of the following exclusion criteria: studies that did not fit into the chosen theme and foreign studies. The review identified gaps that probably result from the lack of monitoring conducted by associations or regulatory bodies of food and nutrition education of students and their school performance in the recent years, despite being one of the main objectives of public policies in Brazil. The findings of this systematic review can also motivate legislators to develop a national level institutional mechanisms and incentives more in line with the conditions currently experienced by families, especially those of low schooling and income - a population in which the studies have demonstrated the greatest difficulties in the implementation of healthy eating practices.*

**Keywords:** *Child health. Nutrition education. Public policies in Brazil.*

1 Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão.

2 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão.

3 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão.

**Resumen:** Entendiendo la importancia de la educación alimentaria y nutricional para niños en los días de hoy, en Brasil, se desarrolló un estudio con el objetivo de conocer si la educación alimentaria contribuye a la salud de los niños en Brasil. De esa forma, se hizo una revisión sistemática donde fueron seleccionados siete artículos publicados entre el 01 de enero de 2015 y el 01 de junio de 2019, en los idiomas inglés, portugués y español, y con criterios de exclusión como: artículos que no coincidían con el tema elegido y artículos investigados fuera de Brasil. Se identificaron lagunas en relación a la temática, en vista de que no han sido el foco de las investigaciones en los últimos años, tales como el acompañamiento por parte de asociaciones u órganos reguladores de la educación alimentaria y/o nutrición de los alumnos y su rendimiento escolar, uno de los grandes objetivos de las principales políticas públicas en Brasil para ese tema. Los hallazgos de esta investigación aún pueden servir de inspiración para que los legisladores puedan desarrollar, a nivel nacional, mecanismos institucionales e incentivos más coincidentes con las condiciones vivenciadas hoy por las familias, principalmente las de baja escolaridad y renta, donde los estudios demostraron grandes dificultades a la hora de implementar prácticas saludables de alimentación.

**Palabras clave:** Educación nutricional. Políticas públicas en Brasil. Salud del niño.

## INTRODUCTION

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a utilização de diretrizes nacionais sobre alimentação e nutrição. Um dos propósitos é apoiar a educação alimentar. É preciso conscientizar as pessoas, iniciando desde a infância, sobre a importância de se realizar uma alimentação equilibrada. Assim, inserir conteúdos de educação alimentar nas escolas é uma ferramenta na formação dos educandos (BRASIL, 2014).

A infância é um período de intenso desenvolvimento. A alimentação inadequada nessa fase pode ocasionar déficits no desenvolvimento físico e cerebral (BRASIL, 2010). Se faz necessário então estudos para verificar como andam as políticas públicas para com a saúde nutricional das crianças no Brasil.

Assim sendo, este trabalho constitui-se em uma revisão sistemática sob a temática da saúde das crianças a luz da segurança alimentar. Dada a importância apresentada, o trabalho se justifica na apresentação de dados norteadores para o aprimoramento das políticas públicas e desenvolvimento de projetos futuros.

## 2 REFERENCIAL

### 2.1 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda, por meio da Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, que os governos formulem e atualizem periodicamente

diretrizes nacionais sobre alimentação e nutrição, levando em conta mudanças nos hábitos alimentares e nas condições de saúde da população e o progresso no conhecimento científico. Essas diretrizes têm como propósito apoiar a educação alimentar e nutricional e subsidiar políticas e programas nacionais de alimentação e nutrição (BRASIL, 2014).

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (BRASIL, 2014).

Adotar uma alimentação saudável não é meramente questão de escolha individual. Muitos fatores – de natureza física, econômica, política, cultural ou social – podem influenciar positiva ou negativamente o padrão de alimentação das pessoas. (BRASIL, 2014)

Ainda conforme Brasil (2014), o acesso a informações confiáveis sobre características e determinantes da alimentação adequada e saudável contribui para que pessoas, famílias e comunidades ampliem a autonomia para fazer escolhas alimentares e para que exijam o cumprimento do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, Inter setorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2019).

Diante do atual cenário da educação alimentar é preciso conscientizar as pessoas, iniciando desde a infância, sobre a importância de se realizar uma alimentação equilibrada, de forma a suprir as necessidades do corpo humano em quantidade e qualidade, enfatizando que as escolhas dos alimentos hoje refletem na qualidade de vida que se espera ter. Com base nessa realidade, inserir conteúdos de educação alimentar nas escolas pode tornar-se uma ferramenta na formação dos educandos sobre a importância de adotar hábitos saudáveis na alimentação.

## 2.2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE CRIANÇAS

A infância é um período de intenso desenvolvimento físico e intelectual, marcado por um gradual crescimento da altura, ganho de peso e desenvolvimento psicológico. A alimentação inadequada nessa fase pode ocasionar déficits no desenvolvimento físico e cerebral (BRASIL, 2010).

Quando se trata de alimentação na infância, os cuidados devem ser redobrados. As crianças aprendem pelo exemplo e desenvolvem uma cultura gastronômica de acordo com o estilo de vida dos pais.

Nem todos os alimentos agradam ao paladar. À medida que crescem, tendem a ficar mais seletivos. Ainda assim, especialistas acreditam ser importante os pais não desistirem de oferecer até aqueles alimentos que os filhos não gostam tanto. É fundamental que a criança, a exemplo dos pais, seja incentivada a comer frutas, legumes e verduras. Esses hábitos alimentares saudáveis devem ser inculcados desde cedo.

Muitas pessoas ressaltam a importância da realização de ações de educação nutricional

para crianças, já que é nessa fase que ocorre a formação dos hábitos alimentares. Além disso, existe fortemente em nossa sociedade o incentivo a uma alimentação não saudável, isto pode ser notado mediante a quantidade de propagandas de TV e de outros estímulos recebidos diariamente pelas nossas crianças que afetam a qualidade da alimentação.

O caminho de uma alimentação saudável passa então pelo resgate de práticas e valores alimentares referenciados pela comunidade, assim como o estímulo à produção e consumo de alimentos regionais. É necessário estabelecer um diálogo entre o saber popular e o saber técnico, rompendo o modelo de intervenção que visa à transmissão de normas (BRASIL, 2010).

Quanto às ações de educação nutricional nas escolas, alguns estudiosos afirmam que estas são mais efetivas, já que são realizadas em grupo e nessa fase as crianças tendem a copiar as atitudes uns dos outros. Buscar atividades lúdicas, criativas e que consigam realmente impactar e causar mudanças nas atitudes das crianças, é algo desafiador para os profissionais que trabalham com esse ramo da Nutrição, entretanto os resultados podem ser surpreendentes.

Considerando que a alimentação no ambiente escolar pode e deve ter função pedagógica, devendo estar inserida no contexto curricular, a Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006 resolve: Art. 1º - Instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar (BRASIL, 2006).

Dessa forma, diante desse cenário e ações se faz necessário referenciar de uma forma mais específica como estão as questões das políticas públicas no Brasil relacionadas a essa temática para tentarmos compreender melhor como está a estrutura nosso país para com a saúde nutricional principalmente das crianças.

### 2.2.1 ÂMBITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL RELACIONADAS A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE CRIANÇAS

Nas últimas décadas, o Brasil passou por diversas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que evidenciaram transformações no modo de vida da população. A ampliação de políticas sociais na área de saúde, educação, trabalho e emprego e assistência social contribuiu para a redução das desigualdades sociais e permitiu que o País crescesse de forma inclusiva. Também se observou rápida transição demográfica, epidemiológica e nutricional, apresentando como consequência maior expectativa de vida e redução do número de filhos por mulher, além de mudanças importantes no padrão de saúde e consumo alimentar da população brasileira (BRASIL, 2014).

Conforme Brasil (2008), a base normativa de sustentação para a garantia da alimentação escolar como um direito humano está nos seguintes textos legais: Constituição Federal – art. 208 e 211; Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001); Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001; Portaria Ministerial nº 251, de 03 de março de 2000; Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006; Resolução nº 32 do Conselho Deliberativo do FNDE, de 10 de agosto de 2006, e alterações.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição (BRASIL, 2013).

Com mais de 60 anos de existência, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, atende os alunos de toda a rede pública da educação básica (educação

infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitária (conveniadas com o poder público), contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de refeições e de ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2019).

OPNAE é considerado, de fato, um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, por ser o único com atendimento universalizado, ou seja, atende a todos os alunos matriculados nas escolas públicas, da creche ao ensino fundamental, indiferentemente de classe, cor ou religião. Para o Ministério da Educação, o PNAE é visto como uma oportunidade não só de oferecer alimentos que preenchem a falta das necessidades nutricionais dos alunos, no período em que estão na escola, mas também de contribuir para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem e a formação de hábitos alimentares saudáveis na comunidade local e escolar. Em outras palavras, o programa pertence a uma política social do governo que busca desenvolver ações promotoras de saúde e de formação de hábitos alimentares saudáveis na comunidade local e escolar (BRASIL, 2008).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As revisões sistemáticas são desenhadas para ser metódicas, explícitas e passíveis de reprodução. Esse tipo de estudo serve para orientar o desenvolvimento de projetos, indicando novos rumos para futuras investigações e identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em uma área. Uma revisão sistemática requer uma pergunta clara, a definição de uma estratégia de busca, o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos artigos e, acima de tudo, uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada. O processo de desenvolvimento desse tipo de estudo de revisão inclui caracterizar cada estudo selecionado, avaliar a qualidade deles, identificar conceitos importantes, comparar as análises estatísticas apresentadas

e concluir sobre o que a literatura informa em relação a determinada intervenção, apontando ainda problemas/questões que necessitam de novos estudos.

A pergunta científica que norteou a revisão sistemática foi: A educação alimentar e nutricional contribui para a saúde das crianças no Brasil? A base de dados consultada foi a BIREME – OPAS – OMS (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde). A busca de evidências teve início com a definição dos descritores, foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DESC): “Food and Nutrition Education and Child Health and Education”. Os descritores foram então inseridos na base de dados e após o levantamento foram selecionados os artigos com os seguintes critérios de inclusão: artigos completos, gratuitos, realizados no Brasil, publicados entre 01 de janeiro de 2015 a 01 de outubro de 2019, e nos idiomas inglês, português e espanhol. Foram excluídos artigos que embora apresentassem os descritores,

não condiziam com o tema da revisão, assim como aqueles repetidos.

Os artigos identificados pela estratégia de busca inicial foram avaliados independentemente por dois autores, conforme os critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos.

Para análise da informação foi utilizado procedimentos de análise de conteúdo, tendo as categorias sido estabelecidas “a priori”: a) foco do estudo; b) ano e local de publicação; c) instrumentos; d) objetivos; e e) principais conclusões. Para apresentação e discussão dos resultados utilizou-se a síntese narrativa, um dos métodos mais utilizados em revisões sistemáticas da literatura.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi representado no Quadro 1 a Sinopse de estudos referentes à contribuição da educação alimentar e nutricional para a saúde das crianças no Brasil.

Quadro 1- Sinopse de estudos referentes à contribuição da educação alimentar e nutricional para a saúde das crianças no Brasil.

Título	Autor / Ano / País	Objetivo de Estudo/ Participantes	Instrumento	Principais Resultados
Políticas de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil.	HENRIQUES P. et al. 2018. Brasil.	O estudo analisou as ações de prevenção e controle da obesidade infantil, especialmente as de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), que integram Políticas do governo federal brasileiro nos últimos 15 anos. Foram analisados todos os documentos que apresentam ações de PAAS no	Análise de documentos.	As principais ações de PAAS identificadas visam fomentar: a educação alimentar e nutricional; os sistemas produtivos de base agroecológica; a agricultura familiar; a acessibilidade alimentar; os ambientes saudáveis e as ações regulatórias. Essas ações interferem

		<p>âmbito das políticas de saúde e segurança alimentar e nutricional a partir das seguintes dimensões: (1) a abordagem das ações de PAAS; (2) os condicionantes da obesidade que pretendem afetar e (3) as potenciais disputas de interesses.</p>		<p>em diferentes condicionantes da obesidade infantil, apresentam distintas concepções sobre o problema e afetam distintos interesses. Destacam-se as disputas entre os interesses das corporações comerciais de alimentos processados e do agronegócio e os setores governamentais e societários norteados pelos objetivos de PAAS. As ações voltadas para a regulamentação das compras e espaços públicos, além da publicidade de produtos não saudáveis para crianças, são as que melhor expressam os interesses em disputa.</p>
<p>Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, Brasil.</p>	<p>ROCHA N.P. et al. 2018. Brasil</p>	<p>Analisar a execução do PNAE como política de SAN em escolas públicas. Estudo transversal, de abordagem quantitativa e qualitativa, realizado com crianças de oito a nove anos, matriculadas em todas as escolas públicas (n = 17)</p>	<p>Questionários, pesagem direta dos alimentos servidos nas escolas, e a percepção dos atores sociais envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.</p>	<p>As crianças relataram baixa adesão à alimentação escolar e a maior parte costumava levar lanche de casa. Foram identificadas irregularidades na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, como: inadequação do número de</p>

		da zona urbana de Viçosa, MG, em 2015.		nutricionistas, suspensão das reuniões do Conselho, inadequação da infraestrutura nas áreas de preparo e de distribuição das refeições, falta de capacitação das merendeiras, não adequação nutricional da alimentação ofertada e ausência de ações de educação alimentar e nutricional. O Programa atendeu as recomendações de compra dos alimentos provenientes da agricultura familiar.
Parental Feeding Practices among Brazilian School-Aged Children: Associations with Parent and Child Characteristics.	MAIS L.A. et al. 2017. Brasil.	O objetivo deste estudo foi investigar associações entre características sócio demográficas, antropométricas e comportamentais. Pais e seus filhos de 5 a 9 anos de idade.	Questionário.	Menor responsabilidade percebida pelos pais para a alimentação infantil, maior uso de dispositivos de tela e maior consumo de alimentos ultra processados foram associados a menores escores em "orientação alimentar saudável" e "monitoramento". Maior responsabilidade percebida pelos pais para a alimentação



				<p>infantil e preocupação sobre o excesso de peso infantil foram associados a maiores escores em “restrição para controle de peso” e “restrição à saúde”. Percepção dos pais sobre baixo peso e preocupação com o peso infantil, e maior responsabilidade percebida pela alimentação infantil, foram associados a maiores escores em “pressão”. “Maior consumo de alimentos ultra processados e menor idade materna foram associados a maiores pontuações em “regulação emocional / comida como recompensa”. Esses resultados apoiam a necessidade de políticas e programas para educar os pais sobre a alimentação infantil e ajudar os pais motivados a promover estilos de vida saudáveis em seus filhos.</p>	
Obesogenic environment intervention opportunities.	–	FISBERG M. et al. 2016. Brasil.	Avaliar os fatores relacionados ao ambiente obeso gênico, como atividade física	Análise crítica da literatura com ponto de vista de especialistas	Embora a obesidade seja um problema de saúde pública que afeta diversas



		<p>nos bairros e nas escolas, comportamento nutricional e programas de intervenção.</p> <p>Catarina e desenvolver atividades de educação nutricional com a comunidade escolar</p>	<p>em obesidade infantil e conselheiros políticos de intervenções públicas.</p>	<p>faixas etárias, é entre crianças e adolescentes que ela desempenha um papel mais importante devido à complexidade do tratamento, à alta probabilidade de persistência na vida adulta e à associação com outras doenças não transmissíveis os programas de saúde pública que trabalham com a alimentação escolar, pois com o elevado número de escolares acima do peso deve-se repensar as estratégias de educação alimentar que utilizam a escola como local formador de hábitos alimentares mais saudáveis.</p>
<p>Alimentação saudável e dificuldades para torná-la uma realidade: percepções de pais/responsáveis por pré-escolares de uma creche em Belo Horizonte/MG, Brasil.</p>	<p>BENTO I.C.; ESTEVES J.M.M; FRANÇA T.E. 2015. Brasil.</p>	<p>Conhecer as percepções de 77 responsáveis por pré-escolares matriculados em uma Creche em Belo Horizonte/MG acerca do que entendem por alimentação saudável e suas dificuldades para se alimentar de maneira saudável.</p>	<p>Questionário.</p>	<p>Observou-se que os responsáveis têm uma noção do que é uma alimentação saudável, a qual não é refletida em seus discursos que evidenciam uma prática alimentar inadequada. Apontaram como principais dificuldades para obter uma alimentação saudável os recursos financeiros, falta</p>

				de tempo e hábito alimentar. Conclui-se que estes responsáveis precisam melhorar a sua alimentação, pois suas práticas alimentares influenciam as de seus filhos. Estes achados revelaram a necessidade de estratégias de educação alimentar e nutricional que possibilitem aos responsáveis reconhecer e ter uma alimentação saudável.
Estado nutricional de vitaminas A e D em crianças participantes de programa de suplementação alimentar.	KURIHAYASHI A.Y. et al. 2015. Brasil.	Avaliar a adequação dos indicadores biológicos das vitaminas A e D em crianças beneficiárias de programa de suplementação alimentar, residentes na região central da cidade de São Paulo, e investigar os possíveis fatores associados às concentrações séricas dessas vitaminas.	Avaliação sérica de vitaminas A e D, avaliação antropométrica e questionários.	Houve inadequação do consumo alimentar de vitaminas A e D. As prevalências de insuficiência e deficiência de vitamina A e de vitamina D foram 19%, 6%, 82% e 58%, respectivamente. Os fatores associados às menores concentrações séricas de vitamina A foram: amamentação materna exclusiva < 120 dias, ausência de trabalho materno combinada com menor escolaridade materna, maior número de

				<p>             pessoas que consomem leite fortificado no domicílio e menor vitamina D sérica. Para a vitamina D, foram: menor exposição ao sol e menor vitamina A sérica. Ações de educação nutricional são necessárias para melhorar a situação nutricional dessas crianças.           </p>
--	--	--	--	---

Fonte: Adaptado de Sadoyama (2018).

Uma das principais ações da política Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) visa fomentar a educação alimentar e nutricional, em conjunto com outras ações, a educação alimentar e nutricional interfere em diferentes condicionantes da obesidade infantil (HENRRIQUES et al., 2018). Nesse cenário político, um estudo realizado em Viçosa – MG, identificou irregularidades na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como a ausência de ações de educação alimentar e nutricional (ROCHA et al., 2018).

Um estudo realizado por Mais et al. (2017) concluiu menor responsabilidade percebida pelos pais para a alimentação infantil, maior uso de dispositivos de tela e maior consumo de alimentos ultra processados foram associados a menores escores em “orientação alimentar saudável” e “monitoramento”. Esses resultados apoiam a necessidade de políticas e programas para educar os pais sobre a alimentação infantil e ajudar os pais motivados a promover estilos de vida saudáveis em seus filhos. Esses resultados condizem com outro estudo realizado por BENTO; ESTEVES; e FRANÇA (2015) que concluiu que responsáveis por pré-escolares precisam melhorar a sua alimentação, pois suas práticas alimentares influenciam as de seus filhos. Estes achados revelaram a necessidade de estratégias

de educação alimentar e nutricional que possibilitem aos responsáveis reconhecer e ter uma alimentação saudável.

Com o elevado número de escolares acima do peso deve-se repensar as estratégias de educação alimentar que utilizam a escola como local formador de hábitos alimentares mais saudáveis (GRILLO et al., 2016). Especialistas em obesidade infantil e conselheiros políticos reforçam em um estudo realizado por Fisberg et al. (2016) que as oportunidades de intervenção estão relacionadas a modificações nos cenários político, ambiental e individual. Atividades escolares e físicas no ambiente educacional devem ser intercaladas com intervenção alimentar em uma educação contínua.

Sabe-se que a infância é um período de intenso desenvolvimento físico e intelectual. A alimentação inadequada nessa fase pode ocasionar déficits no desenvolvimento físico e cerebral (BRASIL, 2010). Portanto são imprescindíveis ações de educação nutricional para melhorar a situação nutricional de crianças (KURIHAYASHI et al., 2015).

Os achados desta pesquisa, podem servir de inspiração para que legisladores possam desenvolver a nível nacional, mecanismos institucionais e incentivos mais condizentes com as condições vivenciadas hoje pelas famílias,

principalmente as de baixa escolaridade e renda, onde foram demonstrados nos estudos as maiores dificuldades na implementação de práticas saudáveis de alimentação.

## 5 CONCLUSÃO

Como a proposta do estudo não era de esgotar as discussões sobre o tema, mas de contribuir com o entendimento sobre se, e como a educação alimentar e nutricional influencia na saúde de crianças com base na tendência de pesquisas que vem sendo realizadas no Brasil e identificar as possíveis lacunas que podem não estar sendo abordadas nos últimos cinco anos.

Dentre as contribuições podemos destacar a situação atual das políticas e dos programas governamentais voltados à segurança alimentar no Brasil e os gargalos que elas enfrentam, sendo que o mais notável é a baixa adesão das crianças nesses programas (HENRIQUES et al., 2018), seja pelo forte interesse da indústria de alimentos processados, como a ineficácia do estado na implementação dessas políticas (ROCHA et al., 2018).

Pôde-se ainda brevemente verificar a evolução ao longo do tempo na legislação que trata da educação e alimentação escolar, que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, ainda são consideradas referências mundiais por conta de sua grande abrangência e efetividade (Brasil, 2017).

Com relação às lacunas, foi observado que não tem sido o foco das pesquisas no tema nos últimos anos verificar associações entre a educação alimentar e/ou nutrição dos alunos e seu respectivo desempenho escolar, tendo em vista que um dos objetivos do PNAE é contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes por meio da oferta de refeições e de ações de educação alimentar e nutricional.

Concluindo, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (ONU, 2015) conta com dezessete objetivos para transformar o mundo. Ressalta-se as preocupações apresentadas em um de seus objetivos como:

*[...] acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas (ONU, 2015).*

## REFERÊNCIAS

BENTO I.C.; ESTEVES J.M.M; FRANÇA T.E. Alimentação saudável e dificuldades para torná-la uma realidade: percepções de pais/responsáveis por pré-escolares de uma creche em Belo Horizonte/MG, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2389-2400, 2015.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Ministério da Educação (MEC) 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/10950-refer%C3%A2ncia-mundial,-o-programa-nacional-de-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-completa-62-anos-de-conquistas>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Ministério da Educação (MEC). **Portaria Interministerial n.º 1.010, de 08 de maio de 2006**.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Secretaria de Educação a Distância – 2. ed., atual. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar Para a População Brasileira – 2. ed., 1. reimpr.** – Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Especial. **Educação Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/alimentacao-saudavel/educacao-alimentar-e-nutricional> Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Especial. **Compras da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://mds.gov.br/compra-da-agricultura-familiar/pnae> Acesso em: 19 de jun. 2019.

BRASIL. CECANE - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar. **Estratégias de Promoção de Alimentação Saudável na Escola**. Curitiba, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1. ed., 1. reimpr. – Brasília, 2013.

FISBERG M. et al. Obesogenic environment – Intervention Opportunities. **Jornal de Pediatria**, v. 92, p. 30-39, 2016.

GRILLO L.P. et al. Estado nutricional e práticas de educação nutricional em escolares. **O Mundo da Saúde**, v. 40, n. 2, p. 230-238, 2016.

HENRIQUES P. et al. Políticas de saúde e de segurança alimentar e nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 12, p. 413-4152, 2018.

KURIHAYASHI A.Y. et al. Estado de vitaminas A e D em crianças participantes de programas de suplementação alimentar. **Caderno Saúde Pública**, v. 31, n. 3, p. 531-542, 2015.

MAISL.A. et al. Parental feeding practices among brazilian school-aged children: associations with parent and child characteristics. **Frontiers in Nutrition**, 2017.

ONU. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **a/Res/70/1**, p. 1–49, 2015

ONU. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **a/Res/70/1**, p. 1–49, 2015.

ROCHA N.P. et al. Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de

Viçosa, MG, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, n. 16, 2018.

SADOYAMA, S.P. Profissionalização e identidade docente do professor em medicina: um estudo de revisão sistemática. **Revista Edapeci**, v. 18, n. 3, p. 105-114, 2018.

Recebido em 30 de setembro de 2019

Aceito em 01 de outubro de 2019